



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, POVOS INDÍGENAS, POPULAÇÃO NEGRA,
COMUNIDADES TRADICIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS**

**O estágio de vivência obrigatório na matriz curricular do
licenciando em formação**

Gabrielly Pacheco Teixeira¹
Samuel Silva Mendes²
Patrícia Fernandes Paula-Shinobu³

Resumo: A formação docente passa por inúmeros processos formativos, dentre eles o estágio de vivência docente. A atual pesquisa tem como objetivo destacar a importância da diversidade de experiências, a partir do estágio obrigatório na matriz curricular do licenciando em formação, evidenciando a multipluridade das salas de aula e nos ambientes distintos de atuação que o professor pode encontrar após sua formação, considerando as diversas Modalidades de Ensino no Brasil. Para isso, analisou-se qualitativamente as mudanças do currículo da licenciatura de Geografia na Universidade Estadual de Londrina a partir da penúltima reformulação do currículo em 2019, comparando com o currículo de 2010.

Palavras-chave: Estágio obrigatório; Educação; Geografia; Modalidades de Ensino.

Abstract: The current research highlights the importance of the unconventional internship in the curriculum matrix of the trainee teacher, demonstrating the multiplicity of classrooms and environments that the teacher faces after their college course. It qualitatively analyzes the collected data, in addition to a brief analysis of the Geography degree curriculum at the State University of Londrina.

Keywords: Internship; Education; Geography; Education Type.

1 INTRODUÇÃO

Durante a formação do profissional de educação é de grande importância a experiência em estágios obrigatórios para que o discente consiga aplicar a teoria dentro de sua área de atuação, pois é no estágio o momento em que acontece a associação entre teoria e prática de conhecimento ensinadas na universidade. Lima (2001, p. 24) afirma que “o aluno estagiário recebendo a influência do Estágio pode, assim, elaborar seu conhecimento, trabalhando com conteúdos concretos indissociáveis da realidade social,

¹Estudante, Universidade Estadual de Londrina, Licenciatura de Geografia e gabrielly.pacheco@uel.br

²Estudante, Universidade Estadual de Londrina, Licenciatura de Geografia e samuel.mendess@uel.br

³Professora, Universidade Estadual de Londrina, Doutora e pfpaula@uel.br.



através da reflexão e da troca de experiências, interferir de alguma forma nesta mesma realidade”.

O estágio apresenta o campo de atuação ao docente que envolve questões pedagógicas e administrativas que aparecem no cotidiano da prática escolar. As escolas dada a sua realidade e modalidades de ensino que atuam, podem influenciar a formação desses educadores que futuramente irão para as salas de aula, resultando assim em um ciclo de aprendizado e crescimento mútuo.

O ambiente escolar é muito diversificado e amplo, pois existem inúmeras formas de educar que fogem do tradicional, como a Educação do Campo, a Educação Indígena e a Educação para Pessoas em Privação de Liberdade. A diversidade dos ambientes escolares reflete a amplitude e a complexidade do campo educacional. Cada um desses ambientes apresenta desafios que moldam a prática pedagógica e influenciam a formação do docente, quando há a possibilidade de estágio nelas.

A prática da interculturalidade na educação é um processo dinâmico e contínuo que envolve a interação e o diálogo entre culturas diversas. É um elemento chave na formação de educadores, pois promove uma pedagogia que reconhece e valoriza as diferenças culturais como recursos pedagógicos valiosos. Neste contexto, o estágio se torna um espaço de experimentação e reflexão crítica sobre as práticas educativas em ambientes multiculturais.

O objetivo é destacar a importância da diversidade de experiências, a partir do estágio obrigatório na matriz curricular do licenciando em formação, evidenciando a multipluralidade das salas de aula e nos ambientes distintos de atuação que o professor pode encontrar após sua formação, considerando as diversas Modalidades de Ensino no Brasil, como realidade que por vezes podem não ser experienciada pelo aluno em seu processo formativo. Como metodologia optou por realizar uma análise qualitativa entre as grades curriculares de 2010 e de 2019 do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Na escola do campo, por exemplo, o docente pode encontrar uma forte conexão com a comunidade local, com a economia (majoritariamente a agricultura familiar) e o contexto em que essas pessoas vivem. Na escola indígena, a valorização da cultura, dos conhecimentos tradicionais e da língua pode ser um elemento central. E na educação para pessoas em privação de liberdade, questões de justiça social e reabilitação podem vir à tona. Esses ambientes, embora distintos, compartilham o objetivo de fornecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades de cada um de seus alunos.

Este trabalho afirma a necessidade de que o estágio obrigatório chegue até esses lugares e a essas pessoas, e visa explorar a importância dos estágios na formação de



educadores, destacando como a experiência prática em diferentes ambientes escolares contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptativas e transformadoras.

2 DESENVOLVIMENTO

O curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, passou por uma reformulação em 2019, iniciando uma nova grade curricular em que desdobra o estágio em quatro fases distintas e em semestres fora da grade curricular e no contraturno, alterando o que era previsto no currículo de 2010, em que este direcionava o estágio de regência para apenas o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nos dois últimos anos do curso dentro das disciplinas de ensino, mas aplicadas no contraturno da matrícula do aluno. Com a reformulação realizada em 2019, os alunos puderam experienciar no quinto semestres vivências a partir de trabalhos de campo (visitas dirigidas) em escolas com modalidades de ensino como a Educação Indígena, Educação do Campo, como a Casa Familiar Rural e a Educação para pessoas em Privação de Liberdade com campos na cadeia feminina de Santo Antônio da Platina, onde os professores da Área de Ensino tem um projeto de extensão. Além de palestras com professores que atuam nestas modalidade de ensino.

No sexto semestre os alunos vão para as escolas realizarem a observação das aulas de Geografia na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Profissional. Já no sétimo semestre temos a Regência I, no Ensino Fundamental II e no oitavo semestre a Regência II no Ensino Médio, dentre outras atividades que envolvem as regências.

Educação do Campo

Antes de tudo, é importante destacar a diferença entre a educação do campo e a educação rural. A educação rural, como descrita por Leite (1999), estava inicialmente focada em abordar o atraso educacional no meio rural, com políticas educacionais moldadas pelos interesses capitalistas de cada época. O homem do campo era visto como um exemplo de atraso. No entanto, na década de 1960, Paulo Freire revolucionou a prática educativa, criando métodos de educação popular que valorizavam os valores humanos e o universo social e cultural dos grupos rurais. Isso marcou uma mudança significativa na abordagem da educação rural.

A educação do campo, por outro lado, é uma abordagem mais contemporânea que reconhece e valoriza a vida no campo e suas especificidades. Ela busca integrar os saberes e práticas do campo no processo educativo, promovendo uma educação que esteja em



sintonia com a realidade e as necessidades das populações rurais. Ambas as abordagens têm o objetivo comum de melhorar a qualidade da educação para as populações rurais, mas diferem em suas metodologias e filosofias subjacentes. A educação do campo é vista como uma evolução da educação rural, com uma abordagem mais holística e integrada à vida e ao trabalho no campo. Ela se destaca por atender às necessidades específicas das comunidades tradicionais, valorizando os saberes locais e promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

A educação tradicional não se adapta bem à dinâmica social e produtiva do campo. O modelo pedagógico urbano-industrial não considera as particularidades rurais. Historicamente, jovens do campo migraram para as cidades em busca de educação e melhores condições de vida, resultando em evasão escolar e desconexão entre a escola e a realidade rural.

A prática pedagógica é vista como uma dimensão da prática social, estabelecendo uma relação entre os conhecimentos adquiridos durante a formação inicial e aqueles adquiridos através das ações desenvolvidas no mundo da escola e da política local de educação. Isso se alinha com o que discutimos sobre a educação do campo, que valoriza a vida no campo e suas especificidades, integrando os saberes e práticas do campo no processo educativo. As práticas pedagógicas na educação do campo se identificam com o posicionamento dos movimentos sociais, como o MST (Movimento Sem Terra), diferenciando-se das práticas que reproduzem ideários do Brasil urbano.

Quanto à importância do estágio nessa modalidade de ensino, o estágio supervisionado é uma parte crucial da formação de professores, pois proporciona aos futuros professores a oportunidade de refletir sobre a educação que está sendo oferecida aos alunos, considerando a valorização dos saberes de todos os sujeitos do campo. Ele permite que os estudantes vivenciem o mundo do trabalho e apliquem os conhecimentos teóricos aprendidos durante o curso. Além disso, o estágio supervisionado na educação do campo permite aos estagiários uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais e sociais que moldam o processo educativo. Portanto, a prática pedagógica e o estágio supervisionado são componentes essenciais na formação de profissionais da educação do campo, permitindo-lhes desenvolver uma compreensão profunda e aplicada dos princípios e práticas dessa área de atuação.

Ao conversar com professores da escola do Eli Vive em oportunidades de estágio e visitas de campo oportunizadas pelo curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, podemos observar que existe uma diferença entre os alunos da escola da cidade para os alunos do campo. Em conversa com uma professora, ela diz que se tivesse tido um contato na graduação seria mais fácil de conhecer o campo de atuação e se inserir. Ela aponta também que o campo tem um currículo próprio, construído com ideias do movimento



MST (Movimento Sem Terra), mas que não foge totalmente do padrão, só parcialmente, além, é claro, das formas avaliativas que se diferenciam na escola do campo. Isso só reforça o que está sendo apresentado no trabalho: a importância do estágio obrigatório nas demais modalidades de ensino do Brasil.

Educação Indígena

Por terem características próprias de ensino, as escolas indígenas se diferenciam das escolas não indígenas, desde conteúdos e metodologias até o calendário escolar são diferentes das demais escolas. Outra coisa que se diferencia é o docente, pois ele é autônomo e o autor dos seus próprios métodos e materiais didáticos, levando em consideração a realidade da comunidade indígena e sua cultura.

Oliveira et al. (2009) sugerem que a educação não se limita ao que é ensinado em sala de aula. Ela também acontece continuamente através das interações cotidianas e das atividades que realizamos em sociedade. Isso significa que todos os aspectos da vida em comunidade podem ser vistos como oportunidades educativas que ajudam a formar indivíduos e a moldar a sociedade. Isso é exatamente o que acontece na educação indígena que é enraizada de processos educativos não formais e na transmissão de conhecimento e valores por meio de atividades cotidianas e tradicionais de cada etnia. A educação indígena é diferenciada e busca respeitar e integrar os saberes e a cultura dos povos indígenas, promovendo uma abordagem intercultural e bilíngue.

Tanto neste contexto, quanto na Educação do Campo, a Pedagogia da Alternância, que é um método que consiste na alternância entre os períodos de estudo e os períodos de vivência na comunidade, faz bastante sentido. Segundo Gimonet (2007), a Pedagogia da Alternância é fundamentada em três princípios essenciais: a alternância entre a escola e a comunidade, a aprendizagem que tem significado para o aluno, e a educação que é contextualizada para a realidade do aluno. Segundo Teixeira e Antunes (2011):

Assim, na pedagogia da alternância procura-se articular os diferentes espaços e tempos formativos, alternando momentos de atividade no meio socioprofissional do educando e momentos de atividades escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos alunos.

Conforme Gimonet (2007), esse método exige organização, atividades e instrumentos pedagógicos específicos para articular o tempo e o espaço para associar as dimensões gerais e profissionais. Ou seja, para a formação desses profissionais é necessário que eles conheçam, na teoria e na prática, o funcionamento de escolas indígenas e escolas do campo.



Na Pedagogia da Alternância, Gimonet (2007), afirma que é um sistema educacional completo, não apenas um método, que visa a formação escolar e humana adaptada às especificidades do ambiente rural. Seu propósito é garantir o acesso à educação para as comunidades rurais, criando condições favoráveis para que os alunos se tornem participantes ativos e críticos em suas comunidades. Isso pode resultar em uma diminuição da migração para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades. A pedagogia promove uma interação constante entre a realidade vivida pelo aluno rural, seu ambiente de trabalho e a escola, facilitando uma troca contínua de conhecimentos.

A interação direta com a comunidade escolar indígena permite aos estagiários uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais e sociais que moldam o processo educativo. Isso inclui o reconhecimento da importância de currículos que sejam culturalmente responsáveis e que promovam a valorização e o resgate da identidade indígena. Os indígenas possuem direitos e deveres, assim como qualquer cidadão brasileiro. Ao conhecer, acompanhar, e vivenciar a prática docente no estágio dessa modalidade de ensino, os licenciandos conseguem valorizar e aprender com as diferenças, tratando o ensino indígena como política pública, respeitando o desejo dos povos indígenas e mantendo as práticas culturais e, assim, garantindo acesso à educação de qualidade em todos os espaços.

Educação para Pessoas em Privação de Liberdade

A educação é um direito social garantido pela Constituição (BRASIL, 1988, art 6º e 205) e não um privilégio. Portanto, entende-se que a educação prisional não está excluída desse direito conforme o art 1º, inciso III, art 5º, § 2º.

A educação nos presídios, inserida no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), possui objetivos específicos que vão além da EJA em outros espaços e para pessoas em liberdade. Essa modalidade educacional busca promover melhores perspectivas de futuro aos detentos, reduzir a ociosidade, aprimorar a qualidade de vida no ambiente prisional e preparar o indivíduo para sua reinserção na sociedade. Para tanto, são desenvolvidos conhecimentos, atitudes e valores que subsidiem seu desenvolvimento integral.

A prisão é um ambiente complexo, onde se cruzam diferentes realidades e lógicas. Há a necessidade de transformação inerente à educação, que visa ampliar horizontes, desenvolver habilidades e promover a cidadania.

A educação para pessoas em privação de liberdade deve ser compreendida como um processo permanente e ao longo da vida. O contexto prisional apresenta desafios únicos, como o isolamento do mundo exterior e as trajetórias de vida marcadas por lacunas



educacionais e vulnerabilidades sociais. No entanto, a educação desempenha um papel crucial na ressocialização dos detentos. Segundo Onofre (2007, p.12.):

Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres” são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Pela condição de presos, seus lugares na pirâmide social são reduzidos à categoria de “marginais” “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados.

As escolas prisionais adotam muitos aspectos do modelo da escola regular, incluindo pautas, presença, carga horária e notas, que são considerados imprescindíveis. No entanto, o ambiente prisional difere significativamente das escolas regulares em termos de funcionamento diário. Interrupções nas aulas podem ocorrer por vários dias devido a diversos fatores, como fugas, conflitos entre detentos ou decisões judiciais. Essa realidade ressalta a necessidade de propostas educacionais que levem em conta a diversidade e a especificidade do contexto prisional.

É crucial que haja um projeto educacional específico e solidário, que vá além da simples transmissão de conteúdo, e que esteja alinhado com a realidade e as necessidades dos alunos detentos. Como destacado por Freire e Guimarães (1982, p. 205), tal projeto deve romper com concepções tradicionais de educação e sociedade, buscando construir alternativas de conhecimento e organização social. Isso implica em uma articulação do cotidiano pedagógico com a intervenção social, visando não apenas ao desenvolvimento acadêmico, mas também à promoção do crescimento pessoal e da reinserção dos indivíduos na comunidade.

Um grande problema das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura é que não é encontrado indícios de haver a preocupação com a capacitação de professores dentro da educação para pessoas em privação de liberdade. A pedagogia social, ensinada nas universidades, é mais teórica, portanto dá pouca oportunidade aos futuros profissionais conhecerem a prática do ensino no presídio. É verdade, que para se estagiar em uma penitenciária as exigências são bem específicas devido às razões e o contexto dos internos, mas se faz necessário uma mudança radical nessa realidade.

O estágio nessa modalidade é uma oportunidade valiosa para os futuros profissionais da educação compreenderem e se envolverem com questões complexas relacionadas à justiça social e à reabilitação. Ao vivenciar o ambiente único das instituições prisionais, os estagiários desenvolvem habilidades adaptativas de ensino, lidam com desafios comportamentais e emocionais e contribuem para a reabilitação dos detentos. Além



disso, essa experiência proporciona reflexão sobre questões éticas e sociais, enriquecendo a formação acadêmica dos estudantes.

O educador que atua na educação prisional deve internalizar que suas abordagens devem estar fundamentadas em princípios éticos, humanitários e solidários. Essa postura visa criar um ambiente propício para o desenvolvimento dos detentos, contribuindo para sua transformação e reintegração à sociedade.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A experiência em estágios obrigatórios é fundamental para a formação do professor, pois permite a aplicação prática da teoria aprendida na universidade. O estágio proporciona a associação entre teoria e prática, influenciando diretamente a formação dos futuros educadores. Em ambientes escolares diversificados, como na Educação do Campo, na Educação Indígena e na Educação para Pessoas em Privação de Liberdade, os estágios são essenciais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptativas e transformadoras.

Ao vivenciarem essas realidades durante os estágios, os estagiários têm a oportunidade de compreender as dinâmicas culturais e sociais que moldam o processo educativo em cada contexto específico. Essa interação direta contribui para uma educação de qualidade que atenda às necessidades específicas de cada comunidade, promovendo uma abordagem mais inclusiva e sensível às diversidades culturais e sociais presentes nas escolas.

Diante do exposto o curso de Geografia, apresentou um grande salto ao proporcionar essas experiências aos alunos, levando-os a ter acesso direta ou indiretamente a outras modalidades de ensino que daqui a pouco farão parte do seu cotidiano de trabalho. Até onde se sabe o curso de Geografia foi o único que promoveu essas mudanças em sua grade curricular, as demais se mantiveram no formato tradicional em ofertar estágio apenas em escolas urbanas no ensino fundamental e médio.

Portanto, a importância dos estágios na formação de educadores é evidente, destacando-se como um espaço de experimentação e reflexão crítica sobre as práticas educativas em ambientes multiculturais. Essa experiência prática não apenas enriquece a formação acadêmica, mas também prepara os futuros educadores para atuar de forma eficaz e transformadora, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.



4 REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, M. Walderes et al. **Processos Educativos em Práticas Sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais**. Anais... 32ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2009.

GABASSA, Vanessa; ELIAS, Carine Rossi; GIROTTO, Vanessa Cristina. O estágio não convencional e suas contribuições à formação docente. **Educativa, Goiânia: PUC GOIÁS**, v. 20, n. 2, p. 408-430, 2017.

Ministério da Educação (MEC). Diretrizes para a política nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC, 2023.

Revista Interações. **Educação intercultural: desafios e perspectivas**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 100-112, 2023.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. **A Importância da Prática do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas**. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

A Vivência do Estágio na Licenciatura em Educação do Campo: Espaço de Diálogos e Reflexões com a Juventude. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/posteres/p38-a-vivencia-do-estagio-na-licenciatura-em.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

CAVALCANTI, Ágata Laisa Laremborg Alves; FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva. **Formação do Professor do Campo: O Estágio Supervisionado no Curso De Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, do Cafs/Ufpi**. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/download/426/300>>3. Acesso em: 01 mar. 2024.

VIEIRA, Silvia Carvalho; LEAL, Davi Avelino. **Pedagogia da alternância no Proeja indígena: princípios e orientações para o ensino tecnológico**. 2023

TEIXEIRA, E. S.; ANTUNES, L. C. Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região sudoeste do Paraná. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v.11, n.34, p. 951-969, set./dez.2011.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cadernos Cedes**, v. 35, p. 239-255, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Sobre educação: diálogos. **Coleção Educação e comunicação**; v. 9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ONOFRE, Elenice Maria C. (Org). **A educação escolar entre as grades**. São Carlos/ SP: EDUFSCAR, 2007.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 16. ed. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2000.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A prisão: instituição educativa?. **Cadernos Cedes**, v. 36, p. 43-59, 2016.